

MOCÃO DE REPÚDIO

A ADCEFET-RJ REPUDIA A AÇÃO VIOLENTA POLICIAL CONTRA ESTUDANTES, TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E PROFESSORES DA USP NO ÚLTIMO DIA 09 DE JUNHO, pois, entende que há medidas democráticas, como uma mesa permanente de negociações e outros meios, sem a utilização de meios policiais repressivos, contra todos os atores dessa Universidade Estadual envolvidos nesse episódio. A Violência de uma parte gera a Violência da outra parte e assim por diante! Não a Violência e, Sim ao Diálogo!

Seguem abaixo outras Manifestações Publicadas e Reflexões sobre o episódio:

- Face aos graves e violentos acontecimentos vivenciados pela comunidade universitária na Universidade de São Paulo, no dia 09 de junho de 2009, a Congregação da Faculdade de Educação, reunida extraordinariamente no dia 10 de junho de 2009, repudia a ocupação da universidade estadual pública paulista pela polícia militar, inadmissível em um estado democrático de direito.

Solicita imediata retirada do aparato policial do Campus e a reabertura do processo de negociação para restituir à universidade pública paulista tranquilidade para o trabalho acadêmico e a garantia dos direitos civis de livre expressão de todos os que trabalham na Universidade.

- Alunos da FAU e da Unicamp aderiram ao movimento pela saída da PM da USP; até a Poli se reuniu para discutir a situação. Cerca de 400 professores - de um total de 5.434 - exigiram ontem a renúncia de Suely Vilela após o confronto entre PMs e alunos

Um dia depois dos confrontos entre PMs, de um lado, e funcionários e estudantes, de outro, que deixaram um saldo de dez feridos em pleno campus do Butantã da USP, cresceu a mobilização contra a reitora Suely Vilela e pela retirada imediata dos policiais das instalações universitárias.

Até a Escola Politécnica, uma espécie de cidadela antigreve da USP, reduto dos alunos mais aplicados - aqueles que os demais chamam de "CDFs" ou até de "direita furiosa" -, tiveram o seu momento de revolta contra a ação da PM. Realizaram assembleia com quórum superior a 250 pessoas, convocada em regime de urgência pelo tradicional Grêmio Politécnico.

Na convocação da assembleia, a diretoria do Grêmio (que fez questão de se dizer contrária "a diversas pautas do movimento liderado pelo DCE", o Diretório Central dos Estudantes) fez seu relato dos acontecimentos da véspera:

"Foi surpreendente a reação desmedida da PM. Por mais de uma hora, o prédio [da História] passou a ser bombardeado com gás lacrimogêneo, que não distinguia manifestante de estudante em aula, professor em greve do que leciona, funcionário sindicalista de segurança terceirizado. (...) A PM não pediu a carteirinha da USP para os manifestantes. Não perguntou se quem estava lá era a favor ou contra a greve. Apenas viu um inimigo comum, os estudantes."

"Essa reitora, Suely Vilela, poderia ter dito "Aqui a polícia não entra. Não entra." Mas ela não fez isso. Ela chamou a polícia", acusou o professor Francisco Miraglia, do Instituto de Matemática e Estatística.

Reunidos em assembleia na quarta-feira no prédio da História e Geografia, cerca de 400 docentes (de um total de 5.434).

- Segundo os professores, Vilela é responsável pelo que chamaram de "ação violenta da PM no campus", que incluiu o uso de bombas de efeito moral, balas de borracha e cassetetes. Do lado dos manifestantes, registraram-se agressões aos PMs com pedras e xingamentos.

Os professores fizeram sua maior assembleia desde o início do atual movimento reivindicatório. Mas não foi a discussão sobre o piso salarial, ou sobre o projeto de implantação do ensino a distância, ou ainda sobre plano de carreira docente (os temas até então em pauta), que dominou os discursos. Um docente disse: "Tudo isso ficou menor. Agora, a prioridade é enfrentar a opressão, o autoritarismo, a autocracia, a tirania imoral dessa reitora incapaz de conviver com manifestações democráticas".

A professora Adma Muhana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, homenageou alunos que, segundo ela, a protegeram enquanto a tropa lançava bombas sobre o prédio da História e Geografia.

Uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da USP (que reuniu ontem 500 funcionários em assembleia) ironizou a situação. "A gente devia agradecer à Suely. Tudo o que mais de 50 dias de greve não conseguiram em termos de mobilização, ela criou com esse gesto tresloucado de chamar a polícia e deixá-la agir como se enfrentasse soldados do tráfico."

Apesar do clima anti-PM e anti-reitora, e da presença de uma barricada montada pelos estudantes em frente ao prédio da História, a Folha apurou que a maioria dos 231 cursos da USP seguiram funcionando normalmente. Uma passeata marcada para a tarde de ontem até a avenida Paulista foi adiada para a próxima terça-feira.

Alunos da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) e professores da Unicamp também decidiram entrar em greve em apoio à retirada da PM da USP. O campus da Unesp em Assis (427 km de SP) decidiu paralisar atividades até terça, quando será realizado ato de repúdio ao confronto. (Talita Bedinelli, Laura Capriglione, Patricia Gomes, Matheus Pichonelli e Renata Baptista) (Folha de SP, 11/6).

- Intelectuais consideram presença da PM legítima, mas reação, exagerada

Eduardo Nunomura escreve para "O Estado de SP":

Um dia após o confronto entre funcionários, professores e alunos da Universidade de São Paulo (USP) e a Polícia Militar em plena Cidade Universitária, intelectuais, filósofos e autoridades expressaram descontentamento com o episódio, criticando atitudes extremistas. Antontem, após um ato na portaria da USP, um cerco de alunos a um grupo de policiais motivou o tumulto, que teve bomba de gás, balas de borracha e pedras sendo jogadas. Pelo menos seis pessoas ficaram feridas.

Na opinião do cientista político José Álvaro Moisés, a presença da PM era legítima para garantir o direito de trabalhar e estudar da ampla maioria que não aderiu ao movimento. Mas ontem ele decidiu não dar a aula no curso em que discute democracia. "Como vou discutir isso num ambiente como esse? Jogar bomba contra estudantes não é maneira de respeitar o primado da lei." Moisés, que não concorda com a greve, estava indignado: "A universidade é o espaço do diálogo e não comporta uma polícia que age de forma despreparada e só se manifesta pelo uso da força." .

- A USP tem cerca de 5 mil professores, 15 mil funcionários e 86 mil alunos, mas as assembleias reúnem bem menos da metade. A reitoria fala em adesão de 10% dos funcionários à greve, ante 70% do sindicato.

Em 1968, quando a USP foi invadida por tropas militares, o filósofo José Arthur Giannotti foi um dos primeiros a ser perseguido e expulso. Ontem, um dia após o confronto, o professor se disse envergonhado com o episódio. "Naquela época havia a ditadura e o perigo de ela se aprofundar. Agora só há o risco da esculhambação da democracia." Giannotti criticou a atual reitoria e o anacronismo das lideranças grevistas, cujos métodos de protesto não têm "nada a ver com o Brasil de hoje". "O que se nota é uma incapacidade do diálogo e do respeito de um pelo outro, justamente no meio intelectual do qual são parte."

O físico José Goldemberg, reitor de 1986 a 1990, não se lembra de ocorrência semelhante na história da USP e atribuiu o confronto à intransigência dos manifestantes, que criam reivindicações a todo momento e que muitas delas não podem ser atendidas. "O episódio desacredita a universidade, porque passa imagem negativa. A sociedade fica a se perguntar o que há de errado com essa instituição que recebe tanto dinheiro do governo."

Os funcionários estão em greve há 36 dias por reajuste salarial e outras reivindicações. Docentes e alunos aderiram na semana passada, engrossando a pauta.

A professora e pró-reitora de pesquisa da USP, Eunice Durham, que não concorda com a greve, cobrou maior consciência do movimento estudantil. "Apenas 13% dos estudantes de São Paulo têm o privilégio de estudar gratuitamente. Essas reivindicações são um pouco acintosas para aqueles que estão pagando pelo ensino nas universidades privadas."

Roberto Leal Lobo e Silva Filho, que foi reitor de 1990 a 1993, alertou que quando "a violência começa, é difícil de contê-la" e, se houvesse uma discussão civilizada, não seria necessária a polícia no câmpus. Para o diretor da Faculdade de Zootecnia e Veterinária da USP, José Antonio Visintin, a entrada da polícia no câmpus seguia uma determinação judicial e deveria ser cumprida. A PM estava no câmpus desde a semana passada, quando a reitora Suely Vilela pediu o cumprimento de um mandado de reintegração de posse para evitar que manifestantes bloqueassem a entrada da reitoria.

Ontem, o governador José Serra (PSDB) disse que a situação "caminha para uma solução" e que os policiais "não cometeram exageros". Segundo ele, a PM "apenas cumpriu uma ordem judicial para assegurar o livre ingresso e o direito de ir e vir". (O Estado de SP, 11/6).

- Não abandonarei a responsabilidade que me foi atribuída por aqueles que me elegeram, afirma Suely Vilela sobre pedido de renúncia. Professora diz que greve tem apoio de 10% dos funcionários e que a presença da PM no campus é para assegurar direito dos demais

Talita Bedinelli escreve para a "Folha de SP":

"Eu não abandonarei a responsabilidade que me foi atribuída por aqueles que me elegeram e que continuam me apoiando." Assim a reitora da USP, Suely Vilela, 55, professora titular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, respondeu à pergunta sobre se pensa em renunciar ou em abandonar o cargo máximo na hierarquia universitária, conforme exigem as entidades de professores, estudantes e funcionários.

Dois dias depois dos violentos confrontos que opuseram, de um lado, a PM e, de outro, estudantes e funcionários, em pleno campus da universidade, na zona oeste de São Paulo, e que deixaram um saldo de dez feridos, a reitora concordou em conceder entrevista à Folha. Quis que as perguntas lhe fossem enviadas por e-mail e pelo mesmo meio respondeu a elas ontem às 21h53.

Face à pergunta "Acredita que a PM cometeu excessos?", a reitora não respondeu nem sim nem não. Disse apenas: "A manifestação transcorria pacificamente até que um pequeno grupo partiu para provocações e confronto com os policiais".

Vilela apresentou seu balanço do atual movimento de estudantes, professores e funcionários. Segundo ela, "a maioria está em franco desenvolvimento de suas atividades. As aulas estão sendo ministradas regularmente, assim como as pesquisas se desenvolvem dentro da normalidade". Para a reitora, "10% dos servidores não docentes, de um universo de 15 mil funcionários, paralisaram suas funções" e "apenas três unidades tiveram suas atividades parcialmente afetadas".

Vilela justificou a presença da polícia no campus: "Tem como objetivo o cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse".

Segundo ela, a Justiça também considerou ilegais os piquetes de greve. Ela citou a decisão da juíza que concedeu a liminar, para a qual "proibir o acesso de servidores, estudantes e do público em geral aos edifícios da universidade "é inconstitucional".

- A reitora afirmou que "sempre esteve aberta ao diálogo, tanto que nunca se furtou, em nenhuma situação, a dialogar com professores, alunos e funcionários". As negociações estão suspensas desde o último dia 25, quando a reitora disse que não conversaria mais com as entidades enquanto houvesse piquetes no campus.

A entrevista encerrou-se com a reitora prometendo não "sucumbir a pressões de pequenos grupos que sobrepõem questões de caráter estritamente político aos objetivos e à missão da universidade".

Para o professor Dalmo Dallari, é um radicalismo fora de moda

Professor emérito da Faculdade de Direito da USP, Dalmo de Abreu Dallari, 77, é nome sempre associado às causas de esquerda na universidade.

Em 1981, foi candidato a reitor em nome da Associação dos Docentes da USP, da Associação dos Servidores e do Diretório Central dos Estudantes. Ganhou no voto direto, perdeu quando a eleição passou pelas instâncias formais da universidade. Hoje, está divorciado das entidades que o apoiaram.

Critica a "violência" dos protestos de agora, apoia a entrada da PM no campus e a reitora.

- O que deu errado na terça?

Há um conjunto de erros. Em primeiro lugar, a maneira como estão sendo postas as reivindicações. Há um excesso de temas -tem a reivindicação salarial, a questão do ensino a distância, a readmissão de um funcionário demitido. São coisas completamente diferentes e cuja decisão depende de órgãos diferentes. É preciso reduzir essa pauta a um temário coerente. Além disso, não posso admitir a prática de violência física contra a universidade, um patrimônio público. Fiquei indignado quando vi as fotografias de funcionários e alunos arrebatando a universidade. Essas pessoas não gostam da USP.

- Elas dizem que é a reitora que não gosta.

Essas pessoas têm um radicalismo fora de moda. Querem impor a adesão ao movimento por intermédio dos piquetes. É natural que quem reivindica procure obter adesão. Mas isso deve ser feito pelo convencimento. E não cerceando os direitos dos professores, funcionários e alunos que querem atividades normais. Não posso reivindicar o meu direito agredindo o dos outros.

- É chamando a polícia que se resolve isso? É claro que a presença da polícia no campus não é desejável. Mas isso é muito diferente da polícia que invadiu o campus na ditadura militar. A polícia naquela época impedia o exercício do direito de expressão, de reunião, de reivindicação. Era uma polícia arbitrária e violenta por natureza. Mas agora o que aconteceu é que a PM compareceu para fazer cumprir uma determinação judicial, visando à proteção do patrimônio público. E acho que a reitora agiu corretamente quando solicitou essa proteção.

- Mas a polícia acabou jogando bomba em estudante contra a greve. Está certo isso?

A história está cheia de exemplos em que a polícia acaba se excedendo. Mas houve situações de um grupo de manifestantes cercado a polícia. É fácil de imaginar o temor dos policiais de serem agredidos, humilhados. Isso acabou precipitando ações violentas da polícia, também condenáveis.

- As entidades alegam que a reitora fugiu do diálogo...

Eu, se fosse reitor, também não compareceria a uma reunião com esse tipo de radicalismo, até com risco de agressões físicas.

- E agora, o que fazer?

É preciso definir uma pauta coerente de reivindicações. A reitora poderia designar uma comissão de membros do Conselho Universitário, com representantes de professores, estudantes e funcionários, que de maneira civilizada e coerente discutiria sem radicalismos.

- E quanto à PM no campus?

Do jeito que as coisas estão, acho que pura e simplesmente retirar a polícia é temerário. É preciso manter a polícia e abrir a negociação.

- As três entidades exigem a demissão da reitora...

Isso é um absurdo. Seria desmoralizante para a própria USP. A reitora foi legalmente escolhida. Está no exercício das suas funções. Nunca foi alvo de acusações de corrupção. É preciso respeitá-la.

Reitora não tem mais condições de continuar, diz Olgária Matos

A filósofa Olgária Matos é professora titular daquela que é considerada a faculdade vermelha da USP, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Aposentou-se em 2003, mas acompanha atentamente a vida da instituição, na qual ingressou como estudante no ano anterior à promulgação do AI-5, em plena ditadura militar.

Considera que "a reitora não tem mais condições políticas de se manter no cargo", mas teme que, de novo, "se derrube o tirano sem tocar nas razões da tirania". Abaixo, trechos da entrevista concedida ontem.

- O que deu errado na terça-feira?

É inadmissível que uma manifestação pacífica de estudantes e funcionários tenha de se enfrentar com a polícia dentro do campus universitário. Os manifestantes podiam até ter objetivos criticáveis -ou não-, mas, desde a Academia de Platão até as universidades modernas, esse recinto é o único preservado da violência policial porque é definido como o local que luta contra a violência, contra a barbárie. É o local em que se produz conhecimento, especulações, ciência. O local que faz parte do repertório da humanidade para se humanizar. Então não é o lugar que comporte a ocupação policial contra uma manifestação de estudantes desarmados.

- A reitoria alega que a PM foi usada para impedir a depredação do patrimônio público e o desrespeito ao direito de não grevistas...

É preciso garantir o direito de ir e vir de todos os que participam da vida da universidade, é certo. Agora, como se chegou a esse ponto? Parece-me que os canais de contato entre os estudantes e a reitoria ou entre os funcionários e a reitoria estão muito precarizados. Os funcionários apresentaram uma pauta de reivindicações, o que é algo obviamente legítimo. Cabe à outra parte discuti-la. Debatê-la. Agora, quando as instituições universitárias não debatem e, em vez disso, optam por enfrentar um protesto pacífico, de pessoas desarmadas, com o emprego de força militar, é porque têm uma sensação muito grande de perseguição. Alguma coisa muito séria está acontecendo com uma universidade que se torna incapaz de debater ideias diferentes.

- Alunos, professores e funcionários exigem a saída da reitora...

Do ponto de vista global da instituição, politicamente, aconteceu uma espécie de vazio de poder. Quando se usa a violência, é porque se perdeu a autoridade. A universidade não é o lugar da força ou da violência. É o lugar da autoridade... Agora, o jogo de forças entre os vários setores da universidade é que vai definir os próximos passos. Tenho certeza de que a atitude da reitora derivou de algum aconselhamento, provavelmente de professores mais conservadores, que a pressionaram a agir dessa maneira. Porque ela não agiria assim sem se sentir respaldada. O que tudo indica é que a reitora não tem mais condições políticas de se manter. Na medida em que ela usou a violência, pela simples recusa ao debate, ficou comprometida a sua função institucional como intelectual. O intelectual está lá para impedir o uso das armas. Ainda assim, eu me pergunto se -de novo, e porque é mais fácil- não se estaria derrubando o tirano, em vez das causas da tirania. Você pode substituir o reitor. E depois? É por isso que existe a luta, que não é de hoje, pela democratização das instâncias que elegem o reitor.

- A PM deve sair da USP?

Imediatamente. A polícia estar lá é quase uma provocação... Uma sociedade é tanto mais feliz, tanto mais democrática, quanto mais ela conseguir conviver com seus contraditores. Uma sociedade que só é capaz de conversar com o mesmo não é uma sociedade.
(Laura Capriglione) (Folha de SP, 12/6).

- “A defesa dos princípios democráticos não exclui, ao contrário, impõe a manutenção da lei e da ordem na universidade”

Suely Vilela é reitora da USP e professora titular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto. Artigo publicado na “Folha de SP”:

A comunidade universitária e a opinião pública têm acompanhado os acontecimentos recentes na Universidade de São Paulo.

A USP, nos seus 75 anos de existência, evoluiu significativamente no ensino, na pesquisa e nas atividades de cultura e extensão, mas ainda há muito por fazer para melhorar o desempenho da universidade.

Quero reconhecer, publicamente, que a maioria dos docentes, funcionários e estudantes demonstra seu comprometimento em corresponder às expectativas da sociedade, o que se pode constatar, também, no presente conflito. A quase totalidade da nossa comunidade acadêmica mantém suas atividades regulares, a despeito das tensões e dos constrangimentos a que vem sendo submetida, além das agressões aos órgãos da administração central.

Lamentavelmente, minorias radicais pretendem manter a universidade refém de suas ideias e métodos de ação política, fazendo uso sistemático da violência para alcançar seus fins.

Há 20 anos um mesmo grupo de militantes políticos profissionais domina alguns movimentos na USP. Durante esse período, tais militantes têm atuado sistematicamente do mesmo modo. Fazem-no mediante script conhecidíssimo e que se repete a cada período anual de negociações salariais.

O enredo se inicia com uma pauta imensa de reivindicações e, em seguida, mobiliza-se em torno dela reduzido, mas aguerrido, grupo de colegas -preferencialmente nos órgãos de apoio da reitoria-, para então decidir entre eles mesmos por greve, não raro deflagrada antes mesmo do início das negociações.

Piquetes nas portas dos edifícios e até seu fechamento com correntes e cadeados, sem falar nas depredações do patrimônio público, compõem o cenário com o qual a USP é confrontada nessas oportunidades. Organizações sindicais, movimentos reivindicatórios e o direito à greve para servidores públicos compõem, ao lado de outras instituições e formas de manifestação, a cena política típica das sociedades democráticas e, por isso, é imperativo que sejam reconhecidos e protegidos pela Constituição Federal e respeitados em nosso ambiente universitário.

Porém, o que quero destacar no presente episódio é o repúdio da ampla maioria a comportamentos que, rotineiramente, configuram a violação de preceitos fundamentais de sociedades democráticas, tais como a tolerância, o diálogo e a convivência social pacífica, além do respeito aos direitos individuais e coletivos, como o livre acesso aos locais de trabalho.

O fato é que devemos reconhecer que ainda não encontramos os meios adequados para enfrentar esse grave problema. Alguns de nós se dedicam ao estudo da crescente violência na sociedade brasileira atual e avançamos muito na compreensão desse fenômeno.

Tudo indica, entretanto, que, de modo geral, intelectuais e cientistas têm dificuldades em lidar com a violência quando esta se expressa no âmbito dos conflitos políticos e, especialmente, em eventos nos quais estamos diretamente envolvidos.

Há tempos que diversas manifestações do público externo e, sobretudo, da comunidade uspiana expressam claramente o desejo de que a reitoria adote providências enérgicas visando coibir esse comportamento das minorias radicais da universidade.

Por essa razão, solicitei, e foi deferida na Justiça, a reintegração de posse dos edifícios com acessos bloqueados. O descumprimento dessa decisão judicial motivou a presença da Polícia Militar nesses locais.

A persistência dos piquetes exigiu, por parte das forças policiais, a continuidade das suas ações, visando a assegurar o livre trânsito e a integridade das pessoas e do patrimônio público.

Esse ambiente de crescente tensão culminou nos lamentáveis episódios da última terça-feira, quando reduzido grupo de ativistas presentes na manifestação, que se desenvolvia pacificamente, decidiu partir para provocações seguidas do confronto físico com os policiais.

As medidas recentes adotadas pela reitoria para enfrentar o problema representam clara inflexão diante de experiências anteriores, pois procuram combinar adequadamente o respeito aos direitos constituídos e o rigor na aplicação do arcabouço legal de que dispõem as autoridades universitárias para atuar nesses casos.

Enfim, quero reafirmar que a defesa dos princípios democráticos -e, nesse caso, a nossa disposição para o diálogo e a negociação- não exclui, ao contrário, impõe a manutenção da lei e da ordem na nossa universidade.
(Folha de SP, 11/6).

"Nos últimos anos, cresceu a violência nas universidades, assim como o descrédito das lideranças. O que fazer para evitar o desastre?"

José Arthur Giannotti, filósofo, é professor emérito da Faculdade de Filosofia da USP e pesquisador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). É autor, entre outras obras, de "Certa Herança Marxista". Artigo publicado na "Folha de SP":

Mesmo quando um professor chama a polícia para combater alunos desordeiros, ele simplesmente abdica de sua tarefa de professor; trata-os como se fossem transgressores, esquecendo que precisam ser educados.

Porém, tendo os estudantes se associado a grupos baderneiros, não cabia à reitora chamar a polícia para garantir o patrimônio público?

Se, entretanto, a reitora pode ter razão nesse ponto, cabe examinar como se chegou a essa crise em que ela deixa de ser professora para vestir o uniforme da repressão.

Na tarde de terça-feira, estudantes, funcionários e professores se manifestavam contra a presença da polícia no campus. Alguns extravasaram os limites do bom senso, acuando a polícia, que, reforçada, reagiu com violência. Felizmente só houve feridos.

Fora os esquentados de sempre, sobretudo o pessoal da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais) e da ECA (Escola de Comunicações e Artes), o resto da universidade funcionava normalmente, mantendo o curso das atividades costumeiras. Total esquizofrenia. Como todos não se mobilizaram para impedir a barbaridade do conflito?

É evidente que as lideranças atuais perderam qualquer legitimidade. Reiteradamente no mês de maio começam as negociações para reposição salarial e outras reivindicações.

O orçamento das três universidades paulistas está bloqueado, sobretudo porque, durante a negociação da autonomia universitária, não se criou um fundo de pensão responsável pelo pagamento dos aposentados. Hoje, eles representam por volta de 30% do orçamento da USP, que, segundo última informação, teria chegado a gastar 85% com pessoal. Obviamente o restante não basta para tocar uma universidade. A USP estaria falida se não fosse a Fapesp.

A falta de recursos disponíveis leva ao impasse. O sindicato de funcionários decreta a greve, algumas unidades diminuem suas atividades, a biblioteca, o "bandejão", a creche e os ônibus circulares param (a greve parece ser contra os estudantes pobres). A maioria, no entanto, continua trabalhando como se nada estivesse acontecendo. Em geral, as lideranças dos professores e dos alunos acabam aderindo.

Na base de reivindicações abstratas, a greve se resume a uma triste encenação. Depois de algumas escaramuças, as partes cedem, obviamente sem ônus para os grevistas. Terminada a greve, eles fazem de conta que repõem as atividades retidas.

A repetição desse ritual não causaria grandes danos se não abrisse cunhas para a violência. Durante a greve, prédios são ocupados, o patrimônio passa a ser depredado e grupos entram em choque. Até onde vai esse apodrecimento?

A indiferença da maioria dos atores termina criando espaço para os ditos "radicais". São aqueles que acreditam piamente que, dado o caráter repressor do aparelho do Estado, devem mudar, mediante violência, a universidade e o país.

Em vez de explorarem as ambiguidades da legislação vigente para mobilizar a sociedade civil visando forçar mudanças nas leis pelas leis, simplesmente se tomam como agentes sem compromissos com a legalidade. Consideram legítima sua violência e espúria qualquer reação.

Já que a maioria dos universitários não embarca nesses enganos -eles não se confundem com a sociedade nem acreditam que, no mundo de hoje, uma crise no Estado de Direito pode aprofundar a democracia-, os ditos radicais se isolam de seus representados, transformando uma possível violência política numa simples ação criminosa.

Nos últimos anos, cresceu a violência nas três universidades públicas paulistas, assim como aumentou o descrédito das lideranças. O que fazer para evitar o desastre?

Não sejamos ingênuos: passada a agitação presente, tudo voltará ao "normal" antigo. A não ser que professores, estudantes e funcionários se mobilizem e assumam a dualidade de suas funções sociais.

Se, de um lado, devem ser bons profissionais, de outro, não podem ignorar suas responsabilidades políticas, inclusive bloquear a burocracia para que possam agir por inteiro.

Repensar as pautas fantasiosas que têm marcado as últimas reivindicações é a tarefa mais elementar. No final das contas, que universidade queremos?
(Folha de SP, 11/6)

- desastre?"

José Arthur Giannotti, filósofo, é professor emérito da Faculdade de Filosofia da USP e pesquisador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). É autor, entre outras obras, de "Certa Herança Marxista". Artigo publicado na "Folha de SP":

Mesmo quando um professor chama a polícia para combater alunos desordeiros, ele simplesmente abdica de sua tarefa de professor; trata-os como se fossem transgressores, esquecendo que precisam ser educados.

Porém, tendo os estudantes se associado a grupos baderneiros, não cabia à reitora chamar a polícia para garantir o patrimônio público?

Se, entretanto, a reitora pode ter razão nesse ponto, cabe examinar como se chegou a essa crise em que ela deixa de ser professora para vestir o uniforme da repressão.

Na tarde de terça-feira, estudantes, funcionários e professores se manifestavam contra a presença da polícia no campus. Alguns extravasaram os limites do bom senso, acuando a polícia, que, reforçada, reagiu com violência. Felizmente só houve feridos.

Fora os esquentados de sempre, sobretudo o pessoal da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais) e da ECA (Escola de Comunicações e Artes), o resto da universidade funcionava normalmente, mantendo o curso das atividades costumeiras. Total esquizofrenia. Como todos não se mobilizaram para impedir a barbaridade do conflito?

É evidente que as lideranças atuais perderam qualquer legitimidade. Reiteradamente no mês de maio começam as negociações para reposição salarial e outras reivindicações.

O orçamento das três universidades paulistas está bloqueado, sobretudo porque, durante a negociação da autonomia universitária, não se criou um fundo de pensão responsável pelo pagamento dos aposentados. Hoje, eles representam por volta de 30% do orçamento da USP, que, segundo última informação, teria chegado a gastar 85% com pessoal. Obviamente o restante não basta para tocar uma universidade. A USP estaria falida se não fosse a Fapesp.

A falta de recursos disponíveis leva ao impasse. O sindicato de funcionários decreta a greve, algumas unidades diminuem suas atividades, a biblioteca, o "bandejão", a creche e os ônibus circulares param (a greve parece ser contra os estudantes pobres). A maioria, no entanto, continua trabalhando como se nada estivesse acontecendo. Em geral, as lideranças dos professores e dos alunos acabam aderindo.

- Na base de reivindicações abstratas, a greve se resume a uma triste encenação. Depois de algumas escaramuças, as partes cedem, obviamente sem ônus para os grevistas. Terminada a greve, eles fazem de conta que repõem as atividades retidas.

A repetição desse ritual não causaria grandes danos se não abrisse cunhas para a violência. Durante a greve, prédios são ocupados, o patrimônio passa a ser depredado e grupos entram em choque. Até onde vai esse apodrecimento?

A indiferença da maioria dos atores termina criando espaço para os ditos "radicais". São aqueles que acreditam piamente que, dado o caráter repressor do aparelho do Estado, devem mudar, mediante violência, a universidade e o país.

Em vez de explorarem as ambiguidades da legislação vigente para mobilizar a sociedade civil visando forçar mudanças nas leis pelas leis, simplesmente se tomam como agentes sem compromissos com a legalidade. Consideram legítima sua violência e espúria qualquer reação.

Já que a maioria dos universitários não embarca nesses enganos -eles não se confundem com a sociedade nem acreditam que, no mundo de hoje, uma crise no Estado de Direito pode aprofundar a democracia-, os ditos radicais se isolam de seus representados, transformando uma possível violência política numa simples ação criminosas.

Nos últimos anos, cresceu a violência nas três universidades públicas paulistas, assim como aumentou o descrédito das lideranças. O que fazer para evitar o desastre?

Não sejamos ingênuos: passada a agitação presente, tudo voltará ao "normal" antigo. A não ser

que professores, estudantes e funcionários se mobilizem e assumam a dualidade de suas funções sociais.

Se, de um lado, devem ser bons profissionais, de outro, não podem ignorar suas responsabilidades políticas, inclusive bloquear a burocracia para que possam agir por inteiro.

Repensar as pautas fantasiosas que têm marcado as últimas reivindicações é a tarefa mais elementar. No final das contas, que universidade queremos? (Folha de SP, 11/6).

- “Em vez de estigmatizar os alunos e tratá-los como delinquentes, talvez seja o caso de se perguntar contra o que eles se manifestam”

Vladimir Safatle é professor do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Artigo publicado na “Folha de SP”:

As cenas de batalha campal que vimos nesta semana na USP ficarão na memória daqueles que dedicam sua vida a essa instituição. Vários professores, como eu, que nunca participaram de movimento sindical, que nem sequer foram alguma vez a uma assembleia, veem com estarrecimento a disseminação da crença de que conflitos trabalhistas devem ser resolvidos apelando sistematicamente à polícia.

Diz-se que a polícia era necessária para evitar piquetes e degradações. No entanto, tudo o que ela conseguiu foi acirrar os ânimos e aumentar exponencialmente os dois.

Vale a pena lembrar que, por mais que sejam práticas problemáticas que precisam certamente ser revistas, os piquetes estão longe de se configurarem como ações criminosas. A história das sociedades democráticas demonstra como eles foram, em muitos casos, peças necessárias de um processo de ampliação de direitos. Cabe a nós provar que esse tempo passou e que, devido à capacidade de diálogo, tais práticas não têm mais lugar.

No entanto, quando se tenta reduzir manifestantes que procuram melhorias em suas condições de trabalho a tresloucados patológicos que nada têm a dizer, que não têm nenhuma racionalidade em suas demandas, dificilmente alguma forma de diálogo conseguirá se impor.

Melhor seria começar explicando qual racionalidade justifica que a universidade mais importante do país, responsável por parte significativa da pesquisa nacional, tenha salários menores que os de uma universidade federal em qualquer Estado brasileiro.

Por outro lado, há algo incompreensível na crença de que a polícia possa ser chamada para mediar conflitos com alunos e funcionários públicos. Muitos acreditam que ligarão para o 190 e receberão uma espécie de “polícia inglesa” capaz de agir de maneira minimamente adequada diante de cidadãos que se manifestam.

Contudo, o que vimos até agora foi uma polícia que entrou pela primeira vez no campus armada com metralhadoras, quando a ação padrão deveria ser, nessas situações, agir desarmada. Quem tem uma metralhadora nas mãos imagina que porventura poderá usá-la. Mas contra quem? Contra nossos alunos? E quem decidirá o momento de usá-la?

Como se isso não bastasse, uma polícia bem preparada não responde a provocações de gritos e latas com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha usadas na frente da Escola de Aplicação e de uma faculdade em que, normalmente, há crianças e adolescentes. O que aconteceria se uma bala de borracha atingisse uma criança, ampliando um pouco mais o enorme contingente de balas perdidas disparadas pela polícia?

Antes de ligar para a Polícia Militar, valeria a pena levar em conta seu despreparo manifesto em intervenções em conflitos sociais, histórico catastrófico mundialmente criticado por órgãos internacionais.

Nenhum leitor terá dificuldade de se lembrar de situações de conflito social nas quais policiais que se sentiram acuados reagiram de maneira descontrolada, provocando tragédias.

Por fim, contrariamente a certa ideia que um anti-intelectualismo militante gosta de veicular nestes momentos, vários alunos alvos de balas de borracha são extremamente dedicados em seus cursos, participam sistematicamente de colóquios e programas de pesquisa, apresentam “papers” em congressos e podem ser constantemente encontrados em nossas bibliotecas.

Sendo certo que vêm de todas as faculdades de nossa universidade (e não apenas da área de humanas, como alguns querem fazer acreditar), é inaceitável tratá-los como delinquentes potenciais. Dentre os 2.000 estudantes que se manifestaram nesta semana estão alguns de nossos melhores alunos.

Em vez de estigmatizá-los, talvez seja o caso de se perguntar contra o que eles se manifestam, já que, é sempre bom lembrar, antes da entrada da polícia, nem professores nem alunos estavam em greve. A greve restringia-se a funcionários.

Há um mês, em uma pequena cidade francesa, a polícia recebeu um chamado de possível furto. Em uma atuação "exemplar", ela estava em alguns minutos no local do crime. No entanto, o local era uma escola, o objeto furtado, uma bicicleta, e o possível ladrão, uma criança de dez anos. Sem pestanejar, a polícia retirou a criança da escola na frente de seus colegas, levou-a à delegacia, colheu seu depoimento e a fichou.

Possivelmente, foi contra esse modelo social baseado na incapacidade de resolver conflitos sem apelar à mais crassa brutalidade securitária que hoje nossos alunos se manifestam. Cabe a nós mostrar a eles que a história da USP é outra. (Folha de SP, 12/6).